

## **DECRETO Nº 2.942/2015**

Súmula: Declara ***Situação de Emergência*** nas áreas do município afetadas pelas chuvas de granizo e concomitante a fortes ventos, ultrapassando a velocidade de 100 (cem) km por hora, ocorridas no último dia 08/11/2015 (domingo), à noite, após às 21h00min, causando vários transtornos, com enxurradas (12200), alagamentos, colapso de edificações, rompimento de paredes e destelhamentos de residências, em várias localidades.

CELSONO BENEDITO DA SILVA, Prefeito Municipal de Bandeirantes, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município e pelo inciso IV, do art. 8º, da Lei Federal nº 12.608, de 10/04/2012,

Considerando que ocorreu precipitação de 37,2 mm concentrada em um período de 10 minutos. Houve também ventos fortes de 119 km/h, por aproximadamente 10 minutos e queda de granizo com dimensões consideráveis, os quais proporcionaram grandes estragos, conforme ESTAÇÃO IAPAR-UENP. No dia 14 de novembro houve nova precipitação, em tomo de 80mm, aumentando a demanda e necessidade de resposta imediata, afetando as áreas descritas no Formulário de Informações do Desastre (FIDE) anexo ao presente Decreto;

Considerando como consequência desse desastre, resultaram os danos humanos, materiais e ambientais e os prejuízos públicos e privados descritos no formulário FIDE anexo a este Decreto;

Considerando que o parecer da COMDEC municipal relatando a ocorrência desse desastre é favorável à declaração de Situação de Emergência.

## **DECRETA**

Art. 1º - Fica declarada ***Situação de Emergência*** nas áreas do município contidas no Formulário de Informações de Desastre (FIDE) e demais documentos anexos a este Decreto, afetadas pelas chuvas de granizo e concomitante a fortes ventos, ultrapassando a velocidade de 119 (cento e dezenove) km por hora, ocorridas no último dia 08/11/2015 (domingo), à noite, após às 21h00min, causando vários transtornos, em várias localidades, classificado e codificado como enxurradas

(12200), além da ocorrência de alagamentos, colapso de edificações, rompimento de paredes e destelhamentos de residências.

Art. 2º - Autoriza-se a mobilização de todos os órgãos municipais para atuarem sob a coordenação da COMDEC, nas ações de resposta ao desastre e reabilitação do cenário e reconstrução.

Art. 3º - Autoriza-se a convocação de voluntários para reforçar as ações de resposta ao desastre e realização de campanhas de arrecadação de recursos junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre, sob a coordenação da COMDEC municipal.

Art. 4º - De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do art. 5º da Constituição Federal, autoriza-se as autoridades administrativas e os agentes da Defesa Civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta ao desastre e em caso de risco iminente, a:

- Penetrar nas casas, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação;
- Usar de propriedade particular, no caso de iminente perigo público, assegurada ao proprietário indenização posterior se houver dano;

Parágrafo Único - Será responsabilizado o agente da Defesa Civil ou autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.

Art. 5º - De acordo com o estabelecido no Artigo 50 do Decreto-Lei na 3.365 de 21 de Junho de 1941, autoriza-se o início dos processos de desapropriação, por utilidade pública, de propriedades particulares comprovadamente localizadas em áreas de risco intensificado de desastre.

§ 1º - No processo de desapropriação, deverão ser consideradas a depreciação e a desvalorização que ocorrem em propriedades localizadas em áreas inseguras.

§ 2º - Sempre que possível essas propriedades serão trocadas por outras situadas em áreas seguras, e o processo de desmontagem e reconstrução das edificações, em locais seguros, será apoiado pela comunidade.

Art. 6º - Com base no Inciso IV do artigo 24 da Lei nº 8.666 de 21 de Junho de 1993, sem prejuízo das restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), ficam dispensados de licitação os contratos de aquisição de bens necessários às atividades de resposta ao desastre, de prestação de serviços e obras relacionadas com a reabilitação do cenário de desastre, desde que possam ser concluídas no prazo máximo de cento e oitenta dias (180) consecutivos e ininterruptos, contados à partir da caracterização do desastre e sendo vedada a prorrogação dos contratos.

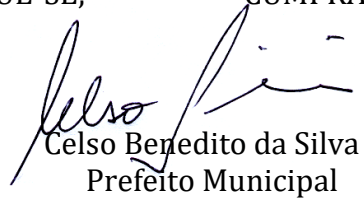
Art. 7º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, devendo vigorar por 180 dias.

Edifício da Prefeitura Municipal de Bandeirantes, Estado do Paraná, em 16 de novembro de 2015.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.



Celso Benedito da Silva  
Prefeito Municipal